

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 27 – Pensamento Social no Brasil

ROBERTO SIMONSEN E RAÚL PREBISCH: INTERSECÇÕES

MOACIR DE FREITAS JUNIOR
Doutorando em sociologia
da UNESP de Araraquara/SP
e-mail: moacirfreitasjr@yahoo.com.br

ROBERTO SIMONSEN E RAÚL PREBISCH: INTERSECÇÕES

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os pensamentos de Roberto Simonsen e Raúl Prebisch e traçar intersecções existentes entre eles.

Ambos os pensadores, que viveram e atuaram em épocas diferentes, porém contínuas, tinham como objetivo comum formular teorias capazes de romper com a dependência econômica dos países latinoamericanos em relação às nações centrais, bem como elevar o padrão de vida da população, elementos que ambos julgavam essenciais para o alcance da condição de economias desenvolvidas. E o meio pelo qual os pensadores entendiam ser possível tal transformação era a industrialização.

A fim de melhor dispor as hipóteses aqui discutidas, o artigo será disposto da seguinte forma: I – elementos históricos que atuaram na formação das teorias de ambos os pensadores; II – o pensamento de Roberto Simonsen; III – o pensamento de Raul Prebisch; IV – pontos que entendemos ser de intersecção entre os pensamentos dos autores.

Industrialização, o caminho do desenvolvimento

Tanto Simonsen quanto Prebisch viveram um período rico em transformações sociais, especialmente nos países latinoamericanos.

De formas e graus de intensidade diferentes, foi na primeira metade do século XX, época marcada por guerras e crises econômicas, que estes países promoveram a passagem de suas economias, cujo centro era o setor agrário-exportador, para a indústria, inserindo-se, pois, na era do capitalismo industrial.

Acerca dessa questão, Ianni (1989) explica que nos países subdesenvolvidos o processo de industrialização significou uma ruptura, ainda que parcial, com a ordem estabelecida.

Esta ordem – criada e mantida com o fito de perenizar o poder das então classes dominantes – estava em contradição com o andar do capitalismo industrial, ao menos em relação a seu potencial de desenvolvimento.

Enquanto as principais economias mundiais viram o padrão de vida de sua população aumentar por conta do progresso técnico oriundo do desenvolvimento industrial, na América Latina ocorria o oposto: não obstante tais países tenham experimentado certo crescimento econômico baseado nas exportações de matérias-primas, este não se traduzia em elevação do padrão geral de vida.

Para transformá-la, foi decisivo o impulso dado pela série de crises econômicas, provocadas pelas Guerras Mundiais e pela crise de 1929, para que as economias latinas rumassem ao capitalismo industrial.

Ainda segundo Ianni (1989), mesmo já havendo no mundo todas as categorias do capitalismo desenvolvidas ou realizadas, inclusive sua negação socialista, para que tal transição acontecesse internamente, foi preciso que houvesse uma crise na economia mundial que precipitasse a transformação econômico-social do Brasil e dos países da AL, com forte participação do Estado.

A construção de teorias que apoiassem esta disputa pela industrialização é um elo entre Simonsen e Prebisch. Em períodos diferentes, ambos perceberam e apontaram a contradição histórica que o momento colocava: enquanto predominasse, no Brasil e na AL, a ordem agrário-exportadora até então estabelecida, os países latinos não conseguiriam atravessar o fosso que os separava dos países centrais e continuariam fadados ao subdesenvolvimento.

Roberto Simonsen: melhorar as condições de vida

Roberto Simonsen tornou-se um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da época. Foi, em grande parte, graças a suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica de então. E sua ascensão como liderança e como pensador de sua classe deu-se ao mesmo tempo em que, no Brasil, ocorria, especialmente a partir da década de 1930, a

implantação do capitalismo industrial, o fortalecimento do Estado como fator decisivo para a industrialização e, conseqüentemente, a chegada da burguesia nacional ao poder¹.

O empresário/intelectual construiu suas formulações a respeito dos problemas brasileiros no contexto histórico em que a busca pelo desenvolvimento econômico e a ascensão da classe burguesa ganhava contornos mais nítidos, bem como as relações de poder entre os industriais, o proletariado, os produtores rurais e o capital internacional se consolidaram. Foi também nesse mesmo contexto histórico que Simonsen desempenhou suas atividades intelectuais de forma mais marcante, abrindo a discussão sobre o problema do subdesenvolvimento que afetava o Brasil e outras nações da América Latina e do Mundo.

Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen e sua conexão com a questão da superação do subdesenvolvimento, Vera Cepêda (2007) aponta que a própria situação de crise econômica, que o mundo atravessava no período, serviu de catalisador para a criação de outros modelos. Tais modelos colocavam em dúvida o liberalismo clássico, não buscando negá-lo, mas contestando sua eficiência enquanto gerador de riquezas e de progresso.

Assim, ainda segundo a autora, o problema fundamental com o qual a obra de Simonsen debateu-se seria o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado. Esse posicionamento situar-se-ia na mesma chave interpretativa na qual atuaram Celso Furtado (1998) e Fernando Henrique Cardoso (1972), sendo que as diferenças entre as obras são também características do tempo em que cada um desses intelectuais atuou e dos resultados práticos advindos da aplicação dessas teorias.

¹ Somos conhecedores da polêmica científica que essa afirmação carrega consigo, especialmente no que tange à formulação da burguesia enquanto classe e de sua chegada ao poder, contestada, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso (1972). Apesar de tais formulações, nosso entendimento é o de que não se deve tomar a análise da burguesia nacional por seu lado negativo, porque tal procedimento impede a percepção de um caminho singular na construção da classe, certamente pontuado por condutas equivocadas, mas também por conquistas significativas. Para uma discussão detalhada acerca desse tema, ver a obra de Eli Diniz e Renato Boschi (1977).

E é exatamente nesse contexto, pois, que a questão da condição de vida dos trabalhadores surge para o autor.

Para Simonsen, o conceito de padrão de vida abrangia mais do que a remuneração pelo trabalho, mas incluía uma gama de outros aspectos culturais e morais que, em conjunto, seriam capazes de inserir os trabalhadores brasileiros nas novas exigências que o nascente capitalismo industrial necessitava.

Por padrão de vida digno, eu definiria a situação de recursos e de cultura que consegue o indivíduo para que se sinta capaz de constituir família, garantindo a sua subsistência, e se orientando convenientemente em harmonia como progresso social. Com o crescer da civilização, este padrão não pode estar adstrito às necessidades básicas da vida (...); inclui aperfeiçoamentos e vantagens, cuja posse e uso devem ser proporcionados a todos os componentes da sociedade. (SIMONSEN, 1934, p.18-19)

Ademais, o intelectual/empresário preocupava-se com o futuro do Brasil, que entendia ameaçado pelo desequilíbrio material e cultural existente entre os membros das classes trabalhadoras e dominantes, desajuste esse que, em seu entendimento, ruía a harmonia coletiva sem a qual não seria possível o progresso.

O autor também defendia que a elevação do padrão de vida dos brasileiros para um padrão mais digno, dar-se-ia, de um lado, pelo pagamento de melhores salários e, por outro, com o barateamento do custo de vida, na medida em que o aumento do poder aquisitivo das famílias era a base na qual se sustentaria o crescimento da economia brasileira.

Mas, para que tal elevação acontecesse, era fundamental que o Brasil rumasse para a industrialização. São diversas as passagens nas quais o autor debate a questão e sua importância para o desenvolvimento brasileiro.

Na obra *Evolução Industrial do Brasil* (1973), Simonsen vai direto ao ponto que considerava central: só a indústria seria capaz de promover o desenvolvimento nacional nos níveis necessários para que o padrão de vida da população se elevasse.

Isto porque, de acordo com o empresário/intelectual, a produção agro-exportadora, não obstante tivesse importância fundamental para os países subdesenvolvidos, não tinha condições de promover o crescimento econômico em níveis suficientes para elevar tais nações ao posto de economias desenvolvidas.

Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola. (...) Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de guerra. (SIMONSEN, 1973, p.55)

Ainda de acordo com Simonsen,

A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. (SIMONSEN, 1973, p.57),

Simonsen apontava que a permanência do *status quo* econômico internacional impediria o progresso das nações latinoamericanas, uma vez que o trabalho manual, primário, jamais alcançaria valor igual ou próximo ao trabalho industrial. Logo, caberia aos países subdesenvolvidos rumar para a industrialização e, com tal movimento, deslocar-se em direção ao desenvolvimento.

Pelas condições usuais em que se processa a economia internacional, afora os casos de algumas culturas especializadas ou de exploração de terras novas com excepcionais condições de fertilização, o comércio de produtos dessa natureza não proporciona vultosos rendimentos. Verifica-se mesmo, como decorrência da divisão do trabalho, dentro de um país, como no campo internacional, ser geralmente a remuneração de cada indivíduo função da soma de conhecimentos, de invenções técnicas e de organizações econômicas de que ele se utiliza no exercício de sua atividade, como dos riscos de que ele participa. (...) Resulta daí, que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações criados pelo engenho

humano, o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que, em última análise, é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores. (SIMONSEN, 1973, p. 284)

O autor tinha consciência de que os períodos de crise por ele presenciados – I e II Guerras e crise de 1929 – abriram para a América Latina uma possibilidade de reestruturar suas economias. Bielschowsky (2000)² ressalta que tais observações aparecem quando o empresário analisa o Plano Marshall, em seu entender formulado de maneira nociva aos interesses latinos, uma vez que, a seguir o disposto no plano sem alterações, tais países estariam fadados a regredir à condição colonial, sem tirar nenhum proveito dos investimentos que os EUA fariam na Europa. (SIMONSEN, 1973, p. 337 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 83)

Outra questão importantíssima no pensamento de Simonsen era a participação do Estado na economia.

Contrastando o pensamento liberal (não obstante não fosse socialista), o empresário era árduo defensor da intervenção estatal na economia, tanto para planejá-la, a fim de melhor adequar os recursos disponíveis, quanto para assegurar a proteção de nossa nascente economia industrial da desleal concorrência dos países desenvolvidos.

O Estado (...) num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais. (SIMONSEN, 1934, p. 12)

Ainda em contraponto ao liberalismo, Simonsen (1932) aponta que em nenhum país do mundo se observa a aplicação integral dos princípios liberais e que, no especial caso do Brasil (que entendemos, estende-se também para os países latinos), a questão fundamental não era distribuir, mas sim produzir riquezas. E, para atingir tal resultado, ação estatal era fundamental.

² Também é de Bielschowsky (2000) a disposição didática do pensamento de Simonsen que adotamos para o presente trabalho, que perpassa pelos principais pontos da vasta obra do empresário. Também nos utilizaremos, quando da exposição do pensamento de Prebisch, da disposição de argumentos adotadas pelo autor.

Assim, para o empresário/intelectual, planejamento e protecionismo eram as funções precípua da intervenção estatal na economia. Bielschowsky (2000) afirma que a defesa do planejamento por Simonsen foi o maior legado deixado pelo empresário para os desenvolvimentistas da década de 50 e já havia se tornado sua principal bandeira de lutas logo após o fim da II Guerra Mundial.

A grande herança deixada aos desenvolvimentistas da década de 50 foi sua defesa do planejamento econômico. Nenhum outro fator ideológico foi tão importante quanto o posicionamento de Simonsen para a legitimação, no Brasil, desse instrumento fundamento ao projeto do desenvolvimento industrial. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.85)

O mesmo autor aponta que Simonsen defendia a intervenção direta do Estado na economia como forma de suprir as necessidades da industrialização, uma vez que a situação de baixa produtividade e renda nacionais, que dificultavam a formação de poupança, impedia o desenvolvimento do setor pelas leis do mercado. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.86)

Para os fins deste trabalho, esta pequena introdução do pensamento econômico de Roberto Simonsen é suficiente para os objetivos supra mencionados. Para um entendimento mais profundo sobre as obras do empresário, sugerimos as leituras de Carone (1977), Maza (2004), Cepêda (2004 e 2007), Del Vecchio e Diéguez (2009), além de Bielschowsky (2000), entre outros.

Raúl Prebisch: superar o subdesenvolvimento

Raúl Prebisch foi o fundador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, que se tornou o centro produtor da, em nosso ver, mais bem acaba tese sobre o subdesenvolvimento, suas causas e maneiras de superação, o Desenvolvimentismo, que a partir de 1950 ocupou lugar de destaque nos debates e nas economias latinas.

Reunindo cientistas da grandeza de Prebisch, Celso Furtado e outros, a CEPAL construiu a teoria desenvolvimentista tal como a conhecemos. E

Prebisch foi o autor que deu o impulso inicial para a concretização deste trabalho, a partir de sua obra “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas”, publicado em 1949 e que entrou para a história como sendo o “Manifesto dos Cepalinos”, tal sua importância científica e histórica.

Por estas razões, bem como pelo fato de que o Manifesto congrega o suficiente da teoria de Prebisch para os fins deste trabalho, adotaremos tal obra como referência, não obstante haja outras do mesmo autor e de seus comentaristas, entre os quais Rodriguez (1981), onde seus conceitos estão mais bem detalhados.

Prebisch inicia o Manifesto afirmando que a realidade histórica da metade do século XX estava desfazendo a divisão internacional do trabalho até então estabelecida, onde aos países desenvolvidos caberia a industrialização, enquanto que aos subdesenvolvidos, ou periféricos, caberia a produção de alimentos.

Tal divisão se baseava em uma falsa premissa: a de que o progresso técnico seria igualmente aproveitado por todas as nações, independente se centrais ou periféricas, pois o intercâmbio internacional se encarregaria de levar o desenvolvimento aos países latinos, sem que estes precisassem se industrializar, o que, aliás, seria um prejuízo, pois sua ineficiência prejudicaria a obtenção de sua parcela de vantagens do intercâmbio. (PREBISCH, 1949, p.47)

Por que era falsa tal premissa? Porque o progresso técnico jamais chegaria, pela via do intercâmbio, com igual força aos países periféricos, havendo uma clara desigualdade entre centro e periferia, desigualdade esta decorrente da divisão do trabalho que então imperava. Sem industrializarem-se, os países da AL jamais alcançariam o nível de desenvolvimento dos países centrais, sendo a industrialização, portanto, a única forma de elevar as condições materiais de vida dos países latinos e de seus povos. (PREBISCH, 1949, p. 48)

Bielschowsky (2000) explica que a separação centro-periferia criticada por Prebisch derivava da tese de que o progresso técnico fruto da

industrialização dividir-se-ia automaticamente entre as economias, tanto centrais quanto periféricas, desde que sempre houvesse concorrência perfeita, o que expandiria os dividendos da industrialização mesmo aos países não industrializados. Logo, não haveria a necessidade de todos se industrializarem.

Prebisch e a CEPAL, no entanto, desenvolveram a tese oposta. Apontaram que o progresso técnico oriundo da industrialização, antes de ser dividido igualmente, desenvolveu-se mais rapidamente nas economias ditas centrais do que nas periféricas, elevando tecnicamente não só sua produção industrial propriamente dita como também aos demais setores da economia. Por sua vez, nas economias periféricas o progresso técnico chegou de modo lento e retardado, relegando o sistema produtivo destes países ao atraso. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16)

Os motivos pelos quais a distribuição do progresso técnico deu-se de forma desigual também foram apontadas por Prebisch. Contrariando a teoria que embasou a divisão internacional do trabalho, o economista afirma que os termos de troca, razão proporcional de equivalência entre os produtos manufaturados das economias centrais e as matérias primas e alimentos dos países periféricos, sofriam constante deterioração.

Prebisch cita estudo da CEPAL onde se constatou que, entre os anos de 1870 a 1930, a deterioração dos termos de troca foi da ordem de 58% (PREBISCH, 1949, p. 55), ou seja: passados 60 anos, era preciso mais 58% de matérias-primas para adquirir o mesmo valor equivalente do ano de 1870 em manufaturados.

Logo, ao contrário do que pregavam as teses mantenedoras da então divisão internacional do trabalho, não só as economias periféricas não recebiam transferências de ganhos nem de técnica como, na verdade, o processo era o contrário: as periferias é que transferiam seus ganhos ao centro, uma vez que sempre era preciso mais matérias-primas para a aquisição da mesma quantia em produtos manufaturados. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16)

Propondo tratar de questões comuns entre os países latinos, a fim de que se possa formular uma nova proposta de desenvolvimento que se aplicasse a

todos, Prebisch aborda a conhecida contradição da época entre agricultura e industrialização – ou se uma excluía a outra.

Afirma o autor que, não só não são excludentes as duas modalidades econômicas como que a agricultura, para alcançar o nível que dela se espera e precisa, necessitava urgentemente se servir das soluções técnicas industriais para melhorar sua produção.

Ademais, o comércio exterior – atividade econômica principal da época – também não deixaria de existir. Ao contrário, de seus frutos sairia o financiamento para o salto de industrialização preciso, pois a questão não era crescer com base no comércio exterior, mais sim dele extrair as condições para o verdadeiro desenvolvimento econômico.

Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante intensa formação de capitais. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior e, sim, em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico. (PREBISCH, 1949, p.49)

Ainda sobre o assunto, Prebisch afirma que não seria o caso de romper imediatamente com a então política de inversões de capital estrangeiro, mas sim dela se utilizar para, paulatinamente, em conjunto com o crescimento econômico, formar as poupanças necessárias à formação do capital nacional capaz de diminuir a dependência externa e sustentar o desenvolvimento dos países. Assim, seria o caso de programar as entradas de capital de forma a utilizá-las em favor do desenvolvimento e não contra ele, como ocorria até então (PREBISCH, 1949, p. 52).

Outra fundamental idéia desenvolvida por Prebisch e pela CEPAL, de acordo com Bielschowsky (2000), foi a de que teria ocorrido uma mudança na direção do crescimento das economias periféricas a partir da I Guerra e, posteriormente, após a depressão de 1930.

Até tais períodos, as economias periféricas cresciam de acordo com a demanda externa por seus produtos, ou seja, era um crescimento “para fora”. No entanto, a drástica diminuição das importações, seja por conta da Guerra e, em seguida, pela crise dos anos 1930, além de outros fatores, acabaram por

gerar um impulso industrializante nas economias periféricas, permitindo, inclusive, que elas atravessassem o momento de crise com algum nível de crescimento econômico.

Em outras palavras, Prebisch entendia que se avizinhava um novo padrão de desenvolvimento, “para dentro”, ou seja, voltado para a diminuição da dependência das inversões externas e pautado pelo incremento da poupança e do mercado interno. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.18)

O próprio Prebisch (1949) aponta no Manifesto que a opção pelo crescimento impulsionado pela demanda de exportações não existia mais, não havendo outra alternativa senão a de crescer “para dentro”, ou seja, industrializar.

Mas para tanto, importava saber qual indústria seria erguida, pois o fim da industrialização era aumentar a condição de vida da população. Assim, o tipo de industrialização que os países da AL deveriam criar era o que pudesse, gradativamente, elevar as condições de vida até o nível dos países centrais, utilizando como financiamento os frutos do comércio exterior (PREBISCH, 1949, p.52 e 53).

Bielschowsky (2000) também aponta o fato de que Prebisch se utilizou do método de contrastar as economias centrais e periféricas não com o intuito de buscar um modelo ideal, mas sim para entender as vicissitudes dos processos latino-americanos.

Por meio da comparação supra mencionada, Prebisch concluiu que, enquanto nas economias centrais as estruturas produtivas de todos os setores desenvolveram-se acompanhando as mudanças de consumo e de padrão de vida, bem como de maneira uniforme, evitando discontinuidades importantes, nas economias periféricas o processo deu-se de forma inversa:

O padrão de consumo em países subdesenvolvidos, ao contrário, seria em boa medida independente do sistema produtivo, já que os bens modernos são importados através dos rendimentos gerados na atividade exportadora. O colapso do modelo de crescimento “para fora” teria demonstrado a incapacidade da estrutura produtiva dos países atrasados no sentido de satisfazer os modernos padrões de demanda, revelando sua dificuldade em acomodar um processo acelerado de transformação. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.19)

Ademais, as economias periféricas apresentavam outros problemas que dificultavam a transformação de sua base produtiva. Um deles era a alta especialização de poucas atividades econômicas, apenas as voltadas para a exportação, com pouca diversificação e complementariedade entre os setores, deficiência esta que não poderia ser corrigida por meio de importações. O outro era a baixa produtividade, que impedia a elevação das taxas de poupança, situação agravada pelo padrão de consumo das classes sociais mais abastadas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.19).

A respeito, Prebisch aponta que

A elevação do nível de vida das massas depende, em última instância, de uma elevada quantidade de capital por homem empregado na indústria e na produção primária, assim como da capacidade para bem manejar esse capital. Em consequência, é mister realizar uma enorme acumulação de capital. Dentre os países da América Latina, alguns já demonstram sua capacidade de poupança, a ponto de terem podido efetuar, mediante seu próprio esforço, grande parte de suas inversões industriais. Mas, ainda neste caso, que não é geral, a formação de capital tem que lutar contra uma tendência muito acentuada para certas modalidades de consumo, que muitas vezes resultam incompatíveis com um alto grau de capitalização. (PREBISCH, 1949, p.51)

Por fim, Bielschowsky (2000) aponta que, segundo Prebisch, tais problemas resultariam em ameaça ao avanço da industrialização, pois seriam a causa de quatro tendências capazes de atrasar o processo: o desemprego, fruto da incapacidade das economias periféricas de absorver todo o excedente de mão-de-obra do setor exportador; a deterioração dos termos de troca, por conta da dependência do capital externo; o desequilíbrio externo, fruto dos padrões de consumo das classes mais abastadas; e a inflação, decorrente do processo de industrialização. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.20 e 21)

Para resolver este conjunto de questões, Prebisch formulou diversas teses. A primeira delas é a de que os países latino-americanos deveriam, gradativamente, substituir parte de suas importações por produtos industrializados em seus próprios países.

Bielschowsky (2000) aponta que a tese de Prebisch

(...) consiste na idéia de que o processo é o resultado de uma interação dinâmica entre o desequilíbrio externo e as novas demandas por importação, resultantes da expansão industrial, que, em seu turno, advém do próprio desequilíbrio. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25).

Assim, ainda segundo Bielschowsky (2000), o processo se iniciaria com a substituição de produtos não duráveis, mais fáceis de produzir e iria se aprofundando até o momento em que as indústrias locais seriam capazes de produzir toda a demanda nacional, inclusive a de bens primários, em um ritmo que dependeria dos fatores internos já vistos.

Prebisch (1949) aponta ainda que, em um primeiro momento, a substituição de importações exigiria certo esforço, uma vez que haveria queda na oferta de alguns produtos antes importados, ao menos nas etapas iniciais do processo. Mas tal esforço, de acordo com o autor, é necessário se o que se deseja é, de fato, elevar as condições materiais dos países periféricos. De acordo com o próprio Prebisch,

Será muito diferente o caso, se se quiser levar a industrialização a extremos que obriguem a desviar fatores da produção primária para a indústria, com o fim de aumentar a produção desta. Atingido este ponto, o problema se equacionaria em termos clássicos. Tratar-se-ia, então, de averiguar se o aumento de produção industrial, que se obtém com os fatores desviados da produção primária, é ou não superior à massa de artigos que, antes, se obtinham em troca das exportações. Somente se fosse superior poder-se-ia dizer que houvera um aumento de produtividade, do ponto de vista coletivo; em caso contrário, haveria perda de renda real. Aqui está, pois, um dos limites mais importantes da industrialização, limites de caráter dinâmico, que se poderá superar à medida em que se desenvolva a economia; em todos os momentos, porém, deveríamos tê-lo em vista, se é que se persiga o objetivo primordial de aumentar o bem estar real das massas. (PREBISCH, 1949, p.81)

Por fim, Prebisch também colocou em debate a questão do protecionismo dos mercados internos por parte dos países periféricos e do planejamento econômico.

Sobre a segunda questão, Prebisch (1949) julgava ser essencial para a promoção da industrialização, não só porque protegia as economias nacionais dos avanços das economias centrais como também porque permitia o crescimento perene da economia (diminuindo os efeitos cíclicos típicos das

economias capitalistas), além de melhor explorar o pouco de poupança existente, guiando os investimentos de maneira a extrair o melhor de cada um.

Em relação ao protecionismo, o autor entendia que o excedente de mão-de-obra deveria ser empregado na indústria, não nas atividades exportadoras, ainda que fosse mais caro produzir do que importar, tendo sempre em vista que o objetivo maior das teorias por ele formuladas era elevar as condições materiais das economias subdesenvolvidas, o que somente aconteceria com o advento da industrialização.

Sem proteção, pois, a industrialização não vingaria nos países periféricos por seus próprios meios nem pelo livre mercado, seja por conta dos problemas estruturais destes países já aqui debatidos, seja pela concorrência com os produtos importados, mais baratos devido ao avançado estágio técnico dos países centrais.

Logo, para que o processo de substituições lograsse êxito, era essencial que o Estado protegesse as economias nacionais, criando barreiras e subsídios que igualassem ou ao menos equilibrassem a disputa com as economias centrais, até que o ciclo de industrialização se completasse.

Sobre o assunto, Prebisch (1954) afirma que:

Consequentemente, se o desenvolvimento espontâneo da indústria é impraticável e “anti-econômico”, para contrabalançar as diferenças de produtividade só restaria a proteção, através de tarifas alfandegárias ou de subsídios, já que as restrições à importação são em geral menos aconselháveis como medidas de política industrial, a não ser que sejam só temporárias. (PREBISCH, 1954, p.62 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 28)

Para os fins deste trabalho, julgamos ser suficiente este pequeno resumo das principais idéias de Prebisch.

Pontos de intersecção entre os autores

A leitura das sínteses dos pensamentos de Simonsen e de Prebisch demonstra diversos pontos em comum entre suas obras, a começar por seu ponto fundamental: o subdesenvolvimento.

Romper com a condição de periferia era a causa pela qual se propunham a lutar os pensadores. E a forma de romper com a condição de subdesenvolvido era a industrialização.

Ambos defendiam a migração das bases econômicas dos países latinoamericanos, lastreados nas exportações de matérias-primas, para a indústria, única forma, no entender dos dois, de avançar em direção às economias centrais.

Isto porque, mantendo-se a ordem estabelecida, os países periféricos seguiriam transferindo suas poucas riquezas aos países centrais, por conta da deterioração dos termos de troca, ao passo em que jamais receberiam o equivalente em progresso técnico, não só porque a transmissão do mesmo era lenta como porque o trabalho primário e manual não tinha o condão de gerá-lo nos níveis necessários para tanto, em um movimento notado por Simonsen e trabalhado por Prebisch, onde somente caberia à América Latina o papel de periferia econômica e social.

A elevação do padrão de vida da população também é ponto comum entre os pensadores.

Simonsen (1934) apontava que enquanto tivéssemos um povo pobre, mal remunerado e sem condições de ingressar na nova ordem social que nasceria com o advento do capitalismo industrial, jamais conseguiríamos o desenvolvimento. Da mesma forma, Prebisch (1949) afirma em várias passagens do Manifesto que o objetivo de se romper com o subdesenvolvimento era elevar o padrão de vida da população, o que não aconteceria caso permanecesse a mesma ordem até então estabelecida.

Em relação à participação do Estado na economia, Simonsen (1973), como vimos, era um crítico da aplicação pura dos princípios liberais. Argumentava que em nenhum país desenvolvido tais premissas eram utilizadas

diretamente e que o processo de industrialização destas nações contou com o apoio decisivo do Estado.

Logo, os países latinos deveriam, através de seus Estados, proteger suas economias da concorrência internacional, como forma de permitir que as nascentes indústrias locais ganhassem a musculatura necessária para tal embate, equilibrando a correlação de forças econômicas do período. Ainda, o Estado deveria atuar no planejamento da economia, como forma de melhor aproveitar e distribuir os recursos disponíveis.

Com iguais premissas, Prebisch (1949) desenvolveu de maneira mais profunda o argumento do protecionismo e do planejamento, apontando que a industrialização não se consolidaria nos países periféricos espontaneamente, pois as condições necessárias a tanto não se encontravam presentes.

Era necessário que o Estado atuasse, guiando os investimentos das poucas riquezas disponíveis e limitando a entrada e saída de divisas, inclusive a compra de produtos importados, como forma de garantir que o excesso de mão-de-obra fosse direcionado para a indústria, alimentando o processo de substituição das importações.

Em apertada síntese, estes são prontos de intersecção entre as obras de Roberto Simonsen e Raul Prebisch que podemos destacar neste trabalho.

Uma última questão, pois, se coloca: o fato de haver intersecções entre estes pensamentos permite afirmar que Simonsen deixou uma contribuição fundamental para a teoria do desenvolvimento sintetizada por Prebisch e pela CEPAL a partir dos anos 1950? Entendemos que sim.

Não obstante não seja possível afirmar que Prebisch teve contato com as obras de Simonsen, que faleceu antes da publicação do Manifesto, está claro que parte importante das propostas do empresário encontraram guarida na teoria cepalina.

Mendonça (2010) aponta que a releitura de História Econômica do Brasil, de Simonsen, teria levado Celso Furtado, um dos mais importantes teóricos cepalinos, a se inspirar na formulação de sua principal obra, Formação Econômica do Brasil (1998), onde Simonsen, de acordo com Vieira (2010, p.

45), foi citado por Furtado exatas onze vezes (detalhe: somente sete autores brasileiros foram utilizados).

Na mesma obra, organizada por Corsi e Mendonça (2010) e dedicada ao estudo do pensamento de Furtado, há outras diversas menções à importância das obras de Simonsen para a formação de seu pensamento, apontando, em nosso ver, que a premissa de que o legado intelectual do empresário foi em grande parte herdado pelos desenvolvimentistas é verdadeira.

Neste sentido, Colistete (2007) afirma que o pensamento de Prebisch foi muito bem recebido pelos industriais quando de seu lançamento, inaugurando uma nova fase na busca pela industrialização brasileira, uma vez que recuperava os argumentos historicamente defendidos pela entidade nas décadas anteriores, formulados pro Simonsen.

De fato, as teses cepalinas juntaram-se às idéias de Friedrich List, Michail Manoilescu do próprio expoente dos industriais paulistas, Roberto Simonsen, idéias essas que haviam dado suporte à atuação dos industriais em diversas instâncias de governos e da sociedade (COLISTETE, 2007, p. 03)

Por fim, Bielschowsky (2000) aponta que Simonsen foi pioneiro no pensamento desenvolvimentista, abrindo o debate sobre importantes questões que somente anos depois foram mais bem elaboradas pela CEPAL, tais como o subemprego, o estruturalismo e outras problemáticas.

Com o exposto, buscamos debater a hipótese de que há, de fato, intersecções entre as obras dos clássicos aqui tratados que vão além da mera coincidência.

Simonsen e Prebisch são, cada um ao seu tempo, pioneiros no debate sobre a condição comum das economias latinas e sobre as formas de romper com as amarras que, por anos, mantiveram tais países na periferia das economias mundiais.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1972.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, 2004.

_____. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. Trabalho apresentado ao XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007, disponível em http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf, acessado em 30 de setembro de 2009.

COLISTETE, Renato Perim. **A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950**. in *História Econômica & História de Empresas*, vol. X , 2006, p. 123-153.

CORSI, Francisco Luiz; Camargo, José Marangoni (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. Editora Sociologia e Política, São Paulo, 2009.

DINIZ, Eli Cerqueira; BOSCHI, Renato Raul. **Elite Industrial e Estado: uma análise da ideologia do empresariado nacional dos anos 70**. In MARTINS, Carlos Estevan (org.). *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec-Cebrap, 1977, p. 167/188.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1998.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. 2ª Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão. **A formação intelectual de Celso Furtado**. In: Corsi; Camargo (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. SP: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 01-20.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia, Vol. 3, nº 3, 1949**.

_____. **International co-operation in Latin American development policy**. United Nations, 1954.

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SIMONSEN, Roberto. **À margem da profissão. Discursos, conferências, publicações**. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

_____. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1973.

VIEIRA, Rosangela de Lima. **A presença da história no pensamento de Celso Furtado**. In: Corsi; Camargo (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. SP: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 41-52.